

BENEDICT ANDERSON

# Comunidades imaginadas

*Reflexões sobre a origem e a  
difusão do nacionalismo*

Tradução  
Denise Bottman

3ª reimpressão

  
COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © Benedict Anderson, 1983, 1991

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

**Título original**

Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism

**Capa**

Mariana Newlands

**Foto de capa**

Todos os esforços foram feitos para determinar a origem da imagem de capa, e temos prazer em creditar a fonte, caso se manifeste.

**Preparação**

Gissela Mate

**Índice remissivo**

Luciano Marchiori

**Revisão**

Marise S. Leal

Valquíria Della Pozza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Camara Brasileira do Livro, sr, Brasil)

Anderson, Benedict R.

Comunidades imaginadas : reflexões sobre a origem e a  
difusão do nacionalismo / Benedict Anderson ; tradução Denise  
Bortman. — São Paulo : Companhia das Letras, 2008.

Título original: Imagined communities : reflections on the  
origin and spread of nationalism

Bibliografia.

ISBN 978-85-359-1188-6

1. Nacionalismo - História I. Título.

08-00975

CDD-320.54

Índice para catálogo sistemático:

1. Nacionalismo : Ciência política 320.54

[2013]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWABACH S.A.

Rua Bandeira Paulista 702 cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

*A minha mãe e a Tanzielle, com amor e gratidão*

## Sumário

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <i>Ele considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |     |
| Walter Benjamin, <i>Iluminações</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |     |
| <i>Então de uma Mistura de todo tipo se fez Aquela Coisa Heterogênea. Um Inglês: Em ansioso estupro e furiosa luxúria gerado Entre um escocês e um breião pintalgado: Cujá prole fértil depressa aprendeu a se curvar, E ao arado romano as suas novilhas subjugar: De onde uma Raça híbrida mestiça surgiu então, Sem Fala nem Fama, nem Nome ou Nação. E agora Mesclas de Saxão e Dinamarquês logo Surgiram infundidas nas suas Veias de fogo. Enquanto as suas Filhas de Escol, seguindo os Pais, Com Promiscua Luxúria às Nações se davam sem mais. Essa Raça Nauseante continha mesmo, sem hesitação, O Sangue dos Ingleses de boa extração...</i> |     |
| Daniel Defoe, <i>The true-born Englishman</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |     |
| Apresentação: Imaginar é difícil (porém necessário) . . . . .                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 9   |
| Prefácio à segunda edição . . . . .                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 19  |
| Agradecimentos . . . . .                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | 25  |
| Introdução . . . . .                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 26  |
| 1. Raízes culturais . . . . .                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 35  |
| 2. As origens da consciência nacional . . . . .                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 71  |
| 3. Pioneiros crioulos . . . . .                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 84  |
| 4. Velhas línguas, novos modelos . . . . .                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 107 |
| 5. Imperialismo e nacionalismo oficial . . . . .                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | 127 |
| 6. A última onda . . . . .                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 163 |
| 7. Patriotismo e racismo . . . . .                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 199 |
| 8. O anjo da história . . . . .                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 216 |
| 9. Censo, mapa, museu . . . . .                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 226 |
| 10. Memória e esquecimento . . . . .                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 256 |
| Posfácio . . . . .                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 281 |
| Bibliografia . . . . .                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 311 |
| Índice remissivo . . . . .                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 319 |



\* \* \*

Como conclusão provisória, cabe relemburar o objetivo específico e limitado do argumento apresentado até o momento. Malgrado que explicar as bases socioeconômicas da resistência antitropicalista no hemisfério ocidental entre, digamos, 1760 e 1830, ele pretende esclarecer por que a resistência foi concebida basicamente em formas “nacionais” no plural. Os interesses econômicos em jogo são conhecidos e têm, evidentemente, uma importância fundamental. O liberalismo e o Iluminismo também exerceram um impacto profundo, sobretudo ao oferecer um arsenal de críticas ideológicas aos modelos imperiais e aos *anciens régimes*. Mas o que eu estou defendendo é que nem o interesse econômico, nem o liberalismo ou o Iluminismo *em si mesmos* poderiam criar, e não criaram, o *tipo* ou a forma de comunidade imaginada a ser protegida contra as depredações desses regimes; em outros termos, eles não forneceram o quadro de uma nova consciência — a periferia praticamente ignorada do seu campo visual — em oposição aos objetos de admiração ou desagrado que ocupavam o foco de suas atenções.<sup>53</sup> Para essa tarefa específica, o papel histórico decisivo foi desempenhado por funcionários-peregrinos e impressores locais crioulos.

53. Note-se algo interessante: a Declaração de Independência de 1776 fala apenas em “o povo”, e a palavra “nação” só vai aparecer pela primeira vez na Constituição de 1789. Kemiläinen, *Nationalism*, p. 105.

## 4. Velhas línguas, novos modelos

O final da era dos movimentos vitoriosos de libertação nacional nas Américas coincidiu em boa medida com o início da era do nacionalismo na Europa. Se considerarmos o caráter desses novos nacionalismos que, entre 1820 e 1920, mudaram a face do Velho Mundo, dois traços notáveis os diferenciavam de seus predecessores. Em primeiro lugar, em quase todos eles as “línguas impressas nacionais” foram de fundamental importância ideológica e política, ao passo que o espanhol e o inglês nunca foram questões relevantes nas Américas revolucionárias. Em segundo lugar, todos eles podiam funcionar a partir de modelos visíveis, oferecidos pelos seus antecessores distantes e, após as convulsões da Revolução Francesa, nem tão distantes. Assim, desde logo a “nação” se tornou objeto de uma aspiração consciente, e não uma perspectiva de mundo que ganhava foco aos poucos. Na verdade, como veremos, a “nação” foi uma invenção sem patente, e seria impossível registrá-la. Pode ser copiada por mãos muito diversas, e às vezes inesperadas. Assim, neste capítulo, o objeto de análise será a língua impressa e a cópia “pirata”.



Ignorando despreocupadamente alguns fatos extraeuropeus evidentes, o grande Johann Gottfried von Herder (1744-1803) declarou, no final do século XVIII: “*Denn jedes Volk ist Volk; es hat seine National Bildung wie seine Sprache*” [assim, cada povo é um povo; tem a sua formação nacional como a sua língua].<sup>1</sup> Essa concepção esplendidamente europeizada da condição nacional [nation-ness] vinculada à propriedade privada da língua teve enorme influência na Europa oitocentista e, mais estritamente, na teorização posterior da natureza do nacionalismo. Quais foram as origens desse sonho? Muito provavelmente, elas residem na profunda retratação temporal e espacial do mundo europeu que se iniciou já no século XIV, provocada a princípio pelas investigações dos humanistas e depois, paradoxalmente, pela expansão mundial da Europa.

Como tão bem diz Auerbach:<sup>2</sup>

Desde o alvorecer do humanismo começa-se a achar que os acontecimentos da lenda e da história antigas, e também os da Bíblia, estão separados dos da própria época não somente pelo transcurso do tempo, mas também pela total diversidade das condições de vida. O humanismo, com o seu programa de renovações das antigas formas de vida e de expressão, cria em primeiro lugar uma visão histórica numa profundidade jamais alcançada anteriormente: vê a Antiguidade em profundidade histórica, e, contrastando com ela, os tempos obscuros da Idade Média que lhe sucede. [...] [Isso impossibilitou restaurar] a vida autêntica natural da cultura antiga, ou a ingenuidade histórica dos séculos XII ou XIII.

1. Kemiläinen, *Nationalism*, p. 42. Grifo meu.

2. *Mimesis*, p. 282. Grifo meu. [Ed. bras., pp. 285-6.]

O desenvolvimento da “história comparada”, como podemos chamá-la, levou, com o tempo, à concepção inédita de “modernidade” explicitamente contraposta à “antiguidade”, e não necessariamente em favor desta última. A questão foi ferrenhamente debatida na “Querela entre os Antigos e os Modernos”, que dominou a vida intelectual francesa no último quartel do século XVII.<sup>3</sup> Para citar Auerbach uma vez mais, “durante o reinado de Luís XIV, tinha-se a coragem de achar que a própria cultura, junto com a antiga, tinha valor modelar, e esta concepção foi imposta, efetivamente, ao restante da Europa”.<sup>4</sup>

Durante o século XVI, a “descoberta” europeia de civilizações grandiosas até então conhecidas apenas por vagos rumores — China, Japão, Sudoeste Asiático e Índia — ou totalmente desconhecidas — México asteca e Peru incaico — mostrou um irremediável pluralismo humano. Em sua maioria, essas civilizações tinham se desenvolvido de modo totalmente separado da história conhecida da Europa, da cristandade, da Antiguidade e até do homem: as suas genealogias não remetiam ao Éden, e nem podiam ser assimiladas a ele. (Apenas o tempo vazio e homogêneo iria lhes oferecer acomodação.) Pode-se avaliar o impacto dessas “descobertas” pelas geografias peculiares das políticas imaginárias da época. A *Utopia* de More, que surgiu em 1516, se apresentava por meio da narrativa de um marinheiro que integrou a expedição de Américo Vespúcio às Américas em 1497-98 e que o autor havia encontrado na Antuérpia. A novidade da *Nova Atlântida* de Francis Bacon (1626) consistia, talvez, principalmente no fato de estar

3. A querela começou em 1689, quando Charles Perrault, aos 59 anos de idade, publicou o poema “Siècle de Louis le Grand”, defendendo que as artes e as ciências tinham atingido o apogeu naquela sua época e país.

4. *Mimesis*, p. 343 [ed. bras., p. 348]. Nota-se que Auerbach diz “cultura”, e não “língua”. Também devemos ter cautela antes de pensar que a “condição de nação” era “a própria”.



situada no oceano Pacífico. A magnífica ilha dos Houyhnhnms de Swift (1726) vinha com um mapa fictício da sua localização no Atlântico Sul. (O significado dessas locações talvez fique mais claro se pensarmos quão inconcebível seria situar a República de Platão em qualquer mapa, real ou fictício.) Todas essas utopias sardônicas, “modeladas” a partir de descobertas reais, são pintadas não como paraísos perdidos, e sim como sociedades *contemporâneas*. Pode-se argumentar que assim deveriam ser, pois foram escritas como críticas às sociedades da época e, com os descobrimentos, não havia mais a necessidade de procurar modelos numa antiguidade desaparecida.<sup>5</sup> Na esteira dos utopistas vieram os luminares do Iluminismo, Vico, Montesquieu, Voltaire e Rousseau, que cada vez mais utilizavam uma não Europa “real” para uma enxurrada de textos subversivos contra as instituições políticas e sociais europeias da época. Com efeito, tornou-se possível pensar a Europa como apenas uma entre muitas civilizações, e não necessariamente a “eleita” ou a melhor.<sup>6</sup>

Com o tempo, os descobrimentos e as conquistas também provocaram uma revolução nas ideias europeias sobre as línguas. Desde o começo, marinheiros, missionários, comerciantes e soldados portugueses, holandeses e espanhóis, por razões práticas — navegação, catequização, comércio e guerra —, tinham montado listas de palavras em línguas não europeias para formar dicionários elementares. Mas foi apenas no final do século XVIII que o estudo

5. Da mesma forma, temos um belo contraste entre os dois famosos mongóis do teatro inglês, *Tamurlaine the Great* (1587-88), de Marlowe, descreve um dinasta famoso falecido em 1407, *Aurangzeb* (1676), de Dryden, retrata um imperador reinante da época (1658-1707).

6. Assim, quando o imperialismo europeu saiu despreocupadamente mundo afora, outras civilizações se viram traumáticamente confrontadas com pluralismos que aniquilaram as suas genealogias sagradas. Ilustrativo desse processo é o caso do Reino do Meio, marginalizado para o Extremo Oriente.

do científico comparado das línguas realmente deslançou. Com a conquista inglesa de Bengala, surgiram as investigações pioneiras do sânscrito de William Jones (1786), que permitiram entender melhor que a civilização indiana era muito anterior à Grécia e à Judeia. Com a expedição napoleônica ao Egito, os hieróglifos foram decifrados por Jean Champollion (1835), o que pluralizou a Antiguidade extraeuropeia.<sup>7</sup> O progresso nos estudos semíticos acabou com a ideia de que o hebreu era a única língua antiga ou que possuía origem divina. Mais uma vez, foram descobertas genealogias que só poderiam se acomodar num tempo vazio e homogêneo. “A língua, mais do que uma continuidade entre um poder externo e o falante humano, tornou-se um campo interno criado e usado mutuamente pelos usuários da língua.”<sup>8</sup> Essas descobertas levaram à filologia, com os seus estudos de gramática comparada, à classificação das línguas em famílias e à reconstrução de “protolínguas”, que o raciocínio científico tirou do esquecimento. Com razão, Hobsbawm observou que aí estava “a primeira ciência que via a evolução como o seu próprio cerne”.<sup>9</sup>

A partir daí, as antigas línguas sagradas — o latim, o grego e o hebreu — foram obrigadas a se misturar em pé de igualdade ontológica com uma variada multidão plebeia de vernáculos rivais, num movimento que complementava sua anterior depreciação no mercado por obra do capitalismo editorial. Se agora todas as línguas tinham o mesmo estatuto (intra)mundano, então todas eram, em princípio, igualmente dignas de estudo e admiração. Mas de quem? Logicamente de seus novos donos, os falantes — e leitores — nativos de cada língua, pois agora nenhuma pertencia a Deus.

7. Hobsbawm, *A era das revoluções, Europa 1789-1848* [Paz e Terra, 1977], p. 337.

8. Edward Said, *Orientalism*, p. 136 [*Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, Companhia das Letras, 2001].

9. Hobsbawm, *The Age of Revolution*, p. 337.



Como Seton-Watson mostra de maneira muito interessante, o século XIX, na Europa e na periferia mais próxima, foi a idade de ouro dos lexicógrafos, gramáticos, filólogos e literatos do vernáculo.<sup>10</sup> As intensas atividades desses intelectuais profissionais foram de importância central para a formação dos nacionalismos europeus oitocentistas, num absoluto contraste com a situação nas Américas entre 1770 e 1830. Os dicionários monolíngues eram enormes compêndios do tesouro impresso de cada língua, podendo ser levados (mesmo que, às vezes, com certa dificuldade) da livraria para a escola, do escritório para a residência. Os dicionários bilíngues mostravam uma abordagem igualitária das línguas — quaisquer que fossem as realidades políticas lá fora, dentro das capas do dicionário tcheco-alemão, alemão-tcheco, as línguas emparelhadas tinham o mesmo estatuto. Aqueles visionários que trabalhavam como mouros e dedicavam-se durante anos à compilação desses dicionários eram por força levados às grandes bibliotecas da Europa, ou incentivados por elas, sobretudo as universitárias. E grande parte da sua clientela imediata era composta, não menos inevitavelmente, de estudantes universitários e pré-universitários. A frase de Hobsbawm — “o progresso das escolas e das universidades dá a medida do avanço do nacionalismo, assim como as escolas e especialmente as universidades se tornaram seus paladinos mais conscientes” — certamente é correta para a Europa oitocentista, se não para outros tempos e lugares.<sup>11</sup>

10. “Como a história da língua, na nossa época, em geral fica tão rigidamente segregada das histórias política, econômica e social convencionais, julguei desejável aproximá-la delas, mesmo em detrimento de um domínio mais especializado do assunto”, *Nations and states*, p. 11. De fato, um dos aspectos mais valiosos do texto de Seton-Watson é justamente a atenção que ele dedica à história da língua — mesmo que se possa discordar do uso que ele lhe dá.

11. *The Age of Revolution*, p. 166. As instituições acadêmicas foram insignificantes para os nacionalismos americanos. O próprio Hobsbawm nota que existiam

Então podemos ilustrar essa revolução lexicográfica como se fosse o trovejar crescente num arsenal que começa a explodir, conforme cada pequena explosão se propaga e detona outras, até que o clarão final transforma a noite em dia.

Em meados do século XVIII, a labuta prodigiosa dos eruditos alemães, franceses e ingleses não só tornara acessível, num formato impresso de fácil manejo, praticamente todo o conjunto remanescente de clássicos gregos, com seus devidos anexos filológicos e lexicográficos, como também recriara, em dúzias de livros, uma antiga civilização helênica resplandecente (e decididamente pagã). No último quartel do século, esse “passado” foi se tornando sempre mais acessível a um pequeno número de jovens intelectuais cristãos de língua grega, os quais, em sua maioria, estudaram ou viajaram para fora do Império Otomano.<sup>12</sup> Entusiasmados com o filo-helenismo nos centros da civilização europeia ocidental, eles se dedicaram à “desbarbarização” dos gregos modernos, isto é, à sua transformação em seres dignos de Péricles e Sócrates.<sup>13</sup> Essa mudança de consciência se expressa emblematicamente nas seguintes palavras de um daqueles jovens, Adamantios Koraes

6 mil estudantes em Paris na época, mas não desempenharam praticamente nenhum papel na Revolução Francesa (p. 167). Ele também nos lembra que a educação se difundiu rapidamente na primeira metade do século XIX, mas o número de adolescentes na escola ainda era minúsculo pelos padrões modernos: 19 mil estudantes de *lycée* na França em 1842; 20 mil colegas entre 68 milhões de habitantes da Rússia imperial em 1850; um total provável de 48 mil estudantes universitários em toda a Europa em 1848. E, no entanto, nas revoluções *daquela* ano específico, esse grupo ínfimo, mas estratégico, desempenhou um papel fundamental (pp. 166-7).

12. Os primeiros jornais em grego apareceram em 1784 em Viena. Philike Hetairia, a sociedade secreta em larga medida responsável pela revolta antiotomana de 1821, foi fundada no “novo grande porto ceramista russo de Odessa” em 1814.

13. Ver a introdução de Elic Kedourie a *Nationalism in Asia and Africa*, p. 40.



(que depois se tornou um ardoroso lexicógrafo!), num discurso para um público francês em Paris, em 1803:<sup>14</sup>

Pela primeira vez, a nação assiste ao medonho espetáculo da sua ignorância e treme ao medir com os olhos a distância que a separa da glória de seus ancestrais. Essa dolorosa descoberta, porém, não precipita os gregos no desespero: Nós somos os descendentes dos gregos, dizem implicitamente para si mesmos, devemos tentar ser novamente dignos deste nome, ou não devemos portá-lo.

Da mesma forma, no final do século XVIII apareceram gramáticas, dicionários e livros de história da Romênia, junto com um movimento de substituição do alfabeto cirílico pelo romano (separando nitidamente a Romênia dos seus vizinhos eslavos ortodoxos), o qual teve êxito primeiro nos domínios da dinastia Habsburgo e depois nos domínios otomanos.<sup>15</sup> Entre 1789 e 1794, a Academia Russa, nos moldes da Academia Francesa, organizou um dicionário russo em seis volumes, ao qual se seguiu, em 1802, uma gramática oficial. Ambos representaram o triunfo da língua vernáculo sobre o eslavônico eclesiástico. Embora, em anos bem avançados do século XVIII, o tcheco fosse falado apenas pelos camponeses na Boêmia (a nobreza e as classes médias em formação falavam o alemão), o padre católico Josef Dobrovský (1753-1829) escreveu em 1792 a sua *Geschichte der böhmischen Sprache und ältern Literatur*, a primeira história sistemática da língua e litera-

tura tchecas. Em 1835-39, apareceu o dicionário pioneiro de Josef Jungmann, do tcheco para o alemão, em cinco volumes.<sup>16</sup>

Quanto ao nascimento do nacionalismo húngaro, Ignotus escreve que é um fato “recente o bastante para sabermos a data: 1772, ano da publicação de algumas obras ilegíveis do versátil autor húngaro György Bessenyei, então residindo em Viena e membro do corpo de guarda de Maria Teresa. [...] *A magna opera* de Bessenyei pretendia provar que a língua húngara se prestava ao mais excelso gênero literário.”<sup>17</sup> Outros incentivos vieram com as longas publicações de Ferenc Kazinczy (1759-1831), “o pai da literatura húngara”, e com a transferência daquela que se tornaria a Universidade de Budapeste, passando da cidadezinha interiorana de Trnava para Budapeste. A sua primeira expressão política foi a reação hostil da nobreza magiar latínofona à decisão do imperador José II, nos anos 1780, de substituir o latim pelo alemão como a língua preferencial do governo imperial.<sup>18</sup>

No período 1800-50, em virtude do trabalho pioneiro dos eruditos locais, formaram-se três diferentes línguas literárias nos Bálcãs do norte: o esloveno, o servo-croata e o búlgaro. Se, nos anos 1830, os “búlgaros” eram geralmente considerados membros da mesma nação dos sérvios e dos croatas (e de fato participaram do Movimento Ilírio), em 1878 surgiria um Estado nacional búlgaro

14. *Ibid.*, pp. 150-3.

15. Paul Ignotus, *Hungary*, p. 44. “Ele realmente provou, mas o seu ímpeto polêmico era mais convincente do que o valor estético dos exemplos apresentados.” Talvez valha a pena notar que essa passagem aparece numa subseção intitulada “A invenção da nação húngara”, que começa a seguinte frase sugestiva: “Uma nação nasce quando algumas pessoas decidem que ela deve nascer”.

16. Seton-Watson, *Nations and states*, pp. 158-61. A reação foi violenta a ponto de convencer o sucessor Leopoldo II (r. 1790-92) a restabelecer o latim. Ver também mais adiante, no capítulo 5. É instrutivo que, nessa questão, Kazinczy se alinhasse politicamente com José II (Ignotus, *Hungary*, p. 48).

14. *Ibid.*, pp. 43-4. Grifo meu. A íntegra do texto “The present state of civilization in Greece” se encontra nas pp. 157-82. Ele contém uma análise surpreendentemente moderna das bases sociológicas do nacionalismo grego.

15. Sem pretensões de qualquer conhecimento especializado da Europa Central e Oriental, eu me baseei largamente em Seton-Watson para a análise subsequente. Sobre a Romênia, ver *Nations and states*, p. 177.



em separado. No século XVIII, o idioma ucraniano (“pequeno russo”) era tolerado com desdém, como língua de campônios. Mas, em 1798, Ivan Kotlarevsky escreveu a sua *Eneida*, um poema satírico tremendamente popular sobre a vida ucraniana. Em 1804, foi fundada a Universidade de Cracóvia, que se tornou logo o centro de uma explosão da literatura ucraniana. Em 1819, surgiu a primeira gramática ucraniana — apenas dezessete anos depois da gramática russa oficial. E nos anos 1830 seguiram-se as obras de Taras Shevchenko, a cujo respeito Seton-Watson observa que “a formação de uma língua literária ucraniana em comum deve mais a ele do que a qualquer outra pessoa. O uso dessa língua foi a etapa decisiva na formação de uma consciência nacional ucraniana”.<sup>19</sup> Logo a seguir, em 1846, foi fundada em Kiev a primeira organização nacionalista ucraniana — e por um historiador!

No século XVIII, a língua oficial na atual Finlândia era o sueco. Após a unificação com o império czarista em 1809, a língua oficial passou a ser o russo. Mas nos anos 1820 surgiu um interesse “estimulante” pelo finlandês e seu passado, o qual inicialmente, no final do século XVIII, havia se manifestado em textos escritos em latim e sueco, e agora se expressava na língua vernácula.<sup>20</sup> Os líderes do nascente movimento nacionalista finlandês eram “pessoas cuja profissão consistia em larga medida no manuseio da língua: escritores, professores, pastores e advogados. O estudo do folclore, a redescoberta e a reunião de poemas épicos populares acompanharam a publicação de gramáticas e dicionários, e levaram ao surgimento de periódicos que serviram para padronizar a língua literária [isto é, impressa] finlandesa.”

19. *Nations and states*, p. 187. Desnecessário dizer que o czarismo logo liquidou esse pessoal. Shevchenko sucumbiu na Sibéria. Os Habsburgo, porém, deram um certo incentivo aos nacionalistas ucranianos na Galícia — para compensar os poloneses.

20. Kemiläinen, *Nationalism*, pp. 208-15.

deusa, em nome da qual se podiam levantar reivindicações políticas mais vigorosas”.<sup>21</sup> No caso da Noruega, que por muito tempo compartilhou a mesma língua escrita com os dinamarqueses apesar da pronúncia totalmente diferente, o nacionalismo surgiu com a nova gramática (1848) e o novo dicionário (1850) de norueguês, da lavra de Ivar Aasen, obras que incentivavam e respondiam às demandas de uma língua impressa especificamente norueguesa.

Em outros lugares, na segunda metade do século XIX, temos o nacionalismo africaner liderado por pastores e literatos bôeres, que nos anos 1870 conseguiram converter o dialeto holandês local numa língua literária e não mais europeia. Maronitas e coptas, muitos deles egressos do colégio americano de Beirute (fundado em 1866) e do colégio jesuíta de São José (fundado em 1875), deram uma grande contribuição para o ressurgimento do árabe clássico e para a difusão do nacionalismo árabe.<sup>22</sup> E é fácil perceber as sementes do nacionalismo turco no surgimento de uma vigorosa imprensa em vernáculo em Istambul, nos anos 1870.<sup>23</sup>

E não podemos esquecer que, na mesma época, deu-se a vernaculização de uma outra forma de página impressa: a partitura. Depois de Dobrovský, vieram Smetana, Dvořák e Janáček; depois de Aasen, Grieg; depois de Kazinczy, Béla Bartók; e assim por diante, pelo século XX adentro.

Ao mesmo tempo, é claro que todos esses lexicógrafos, filólogos, gramáticos, folcloristas, jornalistas e compositores não desenvolviam as suas atividades revolucionárias no vazio. Afinal, produ-

21. Seton-Watson, *Nations and states*, p. 72.

22. *Ibid.*, pp. 232 e 261.

23. Kohn, *The age of nationalism*, pp. 105-7. Isso significava o repúdio do “otomano”, um oficiais dinástico misturado a elementos do turco, persa e árabe. Não por acaso, Ibrahim Sinasi, fundador do primeiro jornal em vernáculo, tinha acabado de voltar de cinco anos de estudos na França. Outros logo seguiram sua trilha. Em 1876, havia sete diários em turco em Constantinopla.



ziam para o mercado editorial, e estavam ligados, por meio desse silencioso bazar, ao público consumidor. Quem eram esses consumidores? No sentido mais geral, eram as famílias das classes leitoras — não apenas o “pai trabalhador”, mas também a esposa que dispunha de empregada e as crianças em idade escolar. Se notarmos que, ainda em 1840, e mesmo na Grã-Bretanha e na França, os países mais adiantados da Europa, quase metade da população ainda era analfabeta (e na Rússia atrasada, quase 98%), as “classes leitoras” consistiam em pessoas de certo poder. Mais concretamente, para além das velhas classes dominantes da nobreza e da pequena nobreza rural, dos cortesãos e religiosos, eram as novas camadas médias e plebeias de pequenos funcionários e profissionais liberais, e ainda a burguesia mercantil e industrial.

Na metade do século XIX, a Europa presenciou um aumento acelerado nos gastos públicos e no tamanho das burocracias estatais (civis e militares), apesar de não se registrar nenhuma grande guerra local. “Entre 1830-50, os gastos públicos *per capita* aumentaram 25% na Espanha, 40% na França, 44% na Rússia, 50% na Bélgica, 70% na Áustria, 75% nos EUA e mais de 90% na Holanda.”<sup>24</sup>

A expansão burocrática, que também significava especialização, abriu as portas dos cargos oficiais a um número muito maior de pessoas, e com origens sociais muito mais variadas. Tomemos inclusive a máquina de Estado austro-húngara, decrépita, repleta de sinecuras, dominada pela nobreza: a proporção de homens com origens de classe média nos escalões civis mais altos passou de zero em 1804 para 27% em 1829, 35% em 1859 e 55% em 1878. Nas Forças Armadas foi registrada a mesma tendência, embora, como seria de esperar, em ritmo mais lento e atrasado: a parcela de classe média no oficialato passou de 10% para 75% entre 1859 e 1918.<sup>25</sup>

24. Hobsbawm, *The Age of Revolution*, p. 229.

25. Peter J. Katzenstein, *Disjointed partners, Austria and Germany since 1815*, pp. 74 e 112.

Se o crescimento das classes médias burocráticas foi um fenômeno relativamente homogêneo, ocorrido em um ritmo parecido nos estados adiantados e atrasados da Europa, por outro lado, o surgimento das burguesias mercantil e industrial foi extremamente irregular — maciço e rápido em alguns lugares, lento e mirrado em outros. Mas, onde quer que seja, esse “surgimento” deve ser entendido na sua relação com o capitalismo tipográfico em vernáculo.

As classes dirigentes pré-burguesas, em certo sentido, criavam coesão fora do campo da língua ou, pelo menos, da língua impressa. Se o governante do Sião tomava como concubina uma nobre malaia, ou se o rei da Inglaterra se casava com uma princesa espanhola, será que eles realmente conversavam? A solidariedade resultava do parentesco, da relação clientelar e das lealdades pessoais. Nobres “franceses” podiam estar ao lado de reis “ingleses” contra monarcas “franceses” não por causa de uma língua ou cultura em comum, e sim, cálculos maquiavélicos à parte, por relações de parentesco e amizade. As dimensões relativamente reduzidas das aristocracias tradicionais, as suas bases políticas fixas e a personalização das relações políticas através do sexo e da herança significavam que essas classes tinham uma coesão não só imaginada, mas também muito concreta. Uma nobreza iletrada ainda podia agir como nobreza. Mas e a burguesia? Era uma classe que, em termos figurados, nasceu como classe apenas por múltiplas repetições. O dono de uma fábrica em Lille estava ligado ao dono de uma fábrica em Lyon apenas por reverberação. Não precisavam se conhecer, não precisavam casar seus filhos, não precisavam herdar os bens um do outro. Mas esses industriais de fato enxergavam genericamente a existência de milhares e milhares de outros parecidos com eles, através da língua impressa. Pois uma burguesia iletrada é praticamente inconcebível. Assim, em termos histórico-mundiais, a burguesia foi a primeira classe a construir uma solidariedade a partir de uma base essencialmente imaginada. Mas,



numa Europa otocentista em que o latim havia sido derrotado pelo capitalismo tipográfico vernacular cerca de dois séculos antes, essa solidariedade tinha como limite externo a legibilidade do vernáculo. Em outros termos, pode-se dormir com qualquer um, mas só se pode ler a escrita de alguns.

A nobreza, a pequena nobreza rural, os profissionais liberais, os funcionários e os comerciantes — eram estes, pois, os consumidores *potenciais* da revolução filológica. Mas esse público potencial nunca chegou a se concretizar plenamente quase em lugar nenhum, e a composição dos consumidores efetivos variou muito conforme os locais. Para entender a razão disso, devemos voltar ao contraste básico entre a Europa e as Américas, que apresentamos antes. Nas Américas, havia um isomorfismo quase total entre a extensão dos vários impérios e a extensão de suas respectivas línguas vernáculos. Na Europa, porém, essas coincidências eram muito raras, e os impérios dinásticos intraeuropeus eram basicamente polivernaculares. Em outras palavras, os mapas do poder e da língua impressa eram diferentes.

O crescimento geral da alfabetização, do comércio, da indústria, das comunicações e dos aparelhos de Estado, que marcou o século XIX, gerou um vigoroso impulso em busca de uma unificação linguística vernacular dentro de cada reino dinástico. O latim se manteve como língua oficial no Império Austro-Húngaro até o começo dos anos 1840, mas a seguir desapareceu quase instantaneamente. Ele podia ser língua oficial, mas não era, em pleno século XIX, a língua dos negócios, das ciências, da imprensa ou da literatura, principalmente num mundo em que tais línguas se interpenetravam sem cessar.

Entretantes, os vernáculos oficiais foram assumindo uma posição e um poder sempre maiores, num processo em larga medida espontâneo, pelo menos no começo. Assim, o inglês expulsou o gaélico da maior parte da Irlanda, o francês empurrou o breão con-

tra a parede, o castelhano reduziu o catalão à marginalidade. Nesses reinos, como a Grã-Bretanha e a França, onde, por razões totalmente alheias, calhou existir, na metade do século, uma coincidência bastante grande entre a língua oficial e a língua da população,<sup>26</sup> a interpenetração geral acima mencionada não teve grandes efeitos políticos. (Estes são os casos mais próximos aos das Américas.) Em muitos outros reinos, cujo grande exemplo é provavelmente o austro-húngaro, as consequências foram inevitavelmente explosivas. No seu império imenso, dectépito, poliglota, mas cada vez mais alfabetizado, a substituição do latim por *qualquer* vernáculo, na metade do século XIX, prometia enormes vantagens para os súditos que já usavam a língua impressa, e parecia igualmente ameaçadora para os que não a usavam. Friso a palavra *qualquer* porque, como veremos mais detidamente, a consagração otocentista do alemão pela corte dos Habsburgo (alemã, como alguns podem considerá-la) não teve absolutamente nada a ver com o nacionalismo alemão. (Nesse caso, seria de esperar que um nacionalismo autoconsciente surgisse em *último lugar* entre os leitores nativos do vernáculo oficial em cada reino dinástico. E isso é corroborado pelos registros históricos.)

Assim, quanto à clientela dos nossos lexicógrafos, não surpreende que existissem grupos de consumidores muito variados, conforme as diversas condições políticas. Na Hungria, por exemplo, onde praticamente não havia burguesia e 1/8 da população alegava ter algum *status* aristocrático, quem defendeu o húngaro impresso contra a arremetida do alemão foram alguns setores da pequena nobreza e de uma nobreza rural empobrecida.<sup>27</sup> Pode-se

26. Como vimos, a vernacularização das línguas oficiais nesses dois reinos se iniciou muito cedo. No caso do Reino Unido, a derrota militar do Gaeltacht no começo do século XVIII e a Fome dos anos 1840 foram fatores de grande importância.

27. Hobsbawm, *The Age of Revolution*, p. 165. Para uma excelente e detalhada discussão, ver Ignotus, *Hungary*, pp. 44–56; também Jászai, *The dissolution*, pp. 224–5.



dizer quase o mesmo em relação aos leitores do polonês. Mas o caso mais exemplar era a coalizão entre pequenos fidalgos, acadêmicos, profissionais liberais e homens de negócios, numa aliança em que muitas vezes os primeiros forneciam os líderes de "posição", os segundos e terceiros entravam com mitos, poesias, jornais e formulações ideológicas, e os últimos colaboravam com dinheiro e instalações comerciais. O simpático Koraes nos oferece uma bela vinheta da primeira clientela do nacionalismo grego, na qual predominavam os intelectuais e os empresários.<sup>28</sup>

Naquelas cidades em que havia menos pobres, alguns habitantes abastados e algumas escolas, e portanto, algumas pessoas que sabiam ao menos ler e entender os autores antigos, a revolução começou mais cedo e teve um progresso mais rápido e encorajador. Em algumas dessas cidades, as escolas já estão sendo ampliadas e está sendo introduzido o estudo de línguas *estrangeiras* e mesmo daquelas ciências que são ensinadas na Europa [sic]. Os ricos patrocinam a edição de livros traduzidos do italiano, francês, alemão e inglês; enviam para a Europa, por sua conta, rapazes com vontade de aprender; dão aos filhos uma educação melhor, sem excetuar as meninas. [...]

Esse tipo de aliança em prol da leitura, com uma composição variável dentro do espectro que vai do húngaro ao grego, também se desenvolveu por toda a Europa Central e Oriental, chegando, no decorrer do século, ao Oriente Próximo.<sup>29</sup> Naturalmente, a

28. Kedourie, *Nationalism in Asia and Africa*, p. 170. Grifo meu. Tudo aqui é exemplar. Koraes olha para a "Europa", mas por cima do próprio ombro, pois está de frente para Constantinopla. O otomano ainda não é uma língua estrangeira. E as futuras senhoras do lar estão entrando no mercado editorial.

29. Ver exemplos em Seton-Watson, *Nations and states*, pp. 72 (Finlândia), 145 (Bulgária), 153 (Boêmia) e 432 (Eslováquia); Kohn, *The Age of Nationalism*, pp. 83 (Egito) e 103 (Pérsia).

participação das massas urbanas e rurais nessas novas comunidades vernaculamente imaginadas também variava muito. Isso dependia, em larga medida, da relação entre essas massas e os missionários do nacionalismo. Num dos extremos, poderíamos talvez citar a Irlanda, onde um clero católico de origem rural e próximo ao campesinato desempenhou um papel mediador fundamental. Um outro extremo é apontado pelo comentário irônico de Hobbsbawm: "Os camponeses galicianos se opuseram aos revolucionários poloneses em 1846, muito embora estes tivessem proclamado a abolição da servidão, preferindo massacrar fidalgos e confiar nos funcionários do imperador."<sup>30</sup> Mas, na verdade, com o aumento da alfabetização, por toda parte ficou mais fácil granjear o apoio popular, as massas descobrindo uma nova glória na conagração impressa das línguas que elas sempre, humildemente, haviam falado.

Assim, até certo ponto, a interessante formulação de Nairn é correta — de que "a nova intelectualidade de classe média do nacionalismo tinha de convidar as massas para a história; e o convite devia vir escrito numa língua que elas entendessem".<sup>31</sup> Mas seria difícil perceber por que o convite parecia tão atraente, e por que alianças tão diferentes puderam enviá-lo (a intelectualidade de classe média de Nairn não era de maneira alguma a única anfitriã), se não examinarmos agora a questão da cópia "pirata".

Hobsbawm observa que "a Revolução Francesa não foi feita ou liderada por um partido ou movimento no sentido moderno, nem por homens tentando executar um programa sistemático. E praticamente nem projetou 'líderes' do tipo a que as revoluções do século XX nos acostumaram, até a figura pós-revolucionária

30. *The Age of Revolution*, p. 169.

31. *The break-up of Britain*, p. 340.



de Napoleão”.<sup>32</sup> Mas, tendo ocorrido, ela entrou na memória cumulativa da imprensa. A concatenação desconcertante e irrisível dos fatos vividos por seus autores e suas vítimas se tornou uma “coisa” — e com nome próprio: A Revolução Francesa. Tal como uma vasta rocha informe se torna uma pedra arredondada pela ação de incontáveis gotas de água, a experiência foi modelada por milhões de palavras impressas, tornando-se um “conceito” na página impressa e, com o tempo, convertendo-se em modelo. Por que “ela” eclodiu, a que “ela” visava, por que “ela” venceu ou fracassou? Essas questões viraram tema de polémicas infundáveis de amigos e inimigos: mas, desde então, ninguém mais duvidou da sua existência.<sup>33</sup>

Algo muito parecido ocorreu com os movimentos de independência nas Américas, os quais, tão logo se tornaram matéria de imprensa, viraram “conceitos”, “modelos” e até “projetos”. Na “realidade”, o medo de Bolívar quanto às insurreições dos negros e a convocação de San Martín para levar os seus índios à “peruanidade” entrecrocavam-se caoticamente. Mas as palavras impressas logo varreram o primeiro, de tal modo que, se acaso viesse a ser lembrado, aquele medo pareceria uma anomalia sem maiores consequências. Do tumulto americano brotaram essas realidades imaginadas: estados nacionais, instituições republicanas, cidadania universal, soberania popular, bandeiras e hinos nacionais etc., e o fim dos seus opostos conceituais: impérios dinásticos, instituições monárquicas, absolutismos, vassalagens, nobrezas hereditárias.

32. *The Age of Revolution*, p. 80.

33. Compare-se: “O próprio nome da Revolução Industrial reflete o seu impacto relativamente tardio na Europa. A coisa [sic] existiu na Grã-Bretanha antes da palavra. Foi apenas nos anos 1820 que os socialistas ingleses e franceses — eles mesmos um grupo sem precedentes — a inventaram, provavelmente por analogia com a revolução política da França”, *ibid.*, p. 45.

filas, servidões, guetos, e assim por diante. (Nada mais espantoso nesse contexto do que o “apagamento” geral da escravidão em massa, excluída do “modelo” norte-americano oitocentista, e do uso de uma mesma língua, excluído do “modelo” republicano hispano-americano.) Além disso, a validade e a capacidade de generalização do projeto eram inquestionavelmente confirmadas pela *pluralidade* dos estados independentes.

Com efeito, nos anos 1810, se não antes, havia um “modelo” para “o” Estado nacional independente pronto para ser copiado.<sup>34</sup> (Os primeiros grupos a fazê-lo foram as coligações vernaculares marginalizadas das camadas instruídas, abordadas no presente capítulo.) Mas, exatamente por ser um modelo conhecido na época, ele impunha certos “padrões” que impossibilitavam desvios muito acentuados. Mesmo a pequena nobreza atrasada e reacionária da Hungria e da Polónia tinha dificuldade em não armar um vasto espetáculo de “convites” aos seus compatriotas oprimidos (mesmo que fosse só para a cozinha). Digamos que era a lógica da “peruanização” de San Martín que estava em funcionamento. Se os “húngaros” mereciam um Estado nacional, isso então significava *os húngaros*, todos eles;<sup>35</sup> significava um Estado em que o *locus* último da soberania tinha de ser a coletividade que falava e lia húngaro; e significava também, no devido tempo, o fim da servidão, o

34. Provavelmente seria mais exato dizer que o modelo era uma mistura complexa de elementos franceses e americanos. Mas a “realidade observável” da França até depois de 1870 eram as monarquias restauradas e o sucedâneo dinástico do sobrinho-neto de Napoleão.

35. Não que isso fosse uma questão muito clara. Metade dos súditos do reino da Hungria era não magiar. Apenas 1/3 dos servos era de língua magiar. No começo do século XIX, a alta aristocracia magiar falava francês ou alemão; a média e a pequena nobreza “conversavam num latim estropiado misturado com expressões magiáres, mas também eslovacas, sérvias e romenas, além do alemão vernáculo [...]”, Ignottus, *Hungary*, pp. 45-6 e 81.



fomento da educação popular, a ampliação do direito de voto, e assim por diante. Dessa maneira, o caráter “populista” dos primeiros nacionalismos europeus, mesmo quando liderados demagogicamente pelos grupos sociais mais retrógrados, foi mais profundo do que os americanos: a servidão *tinha* de sumir, a escravidão legal era inimaginável — quando menos porque o modelo conceitual assim o exigia irretorquivelmente.

## 5. Imperialismo e nacionalismo oficial

No decorrer e, principalmente, na segunda metade do século XIX, a revolução filológico-lexicográfica e o surgimento de movimentos nacionalistas na Europa, frutos não só do capitalismo mas da elefantase dos estados dinásticos, foram criando várias dificuldades culturais, e, portanto, políticas para muitas dinastias. Pois, como vimos, a legitimidade fundamental da maioria delas não tinha nada a ver com uma condição nacional. Os Romanov governavam tártaros e letos, alemães e armênios, russos e finlandeses. Os Habsburgo dominavam magiares e croatas, eslovacos e italianos, ucranianos e austro-germânicos. A casa de Hanover comandava bengalis e quebequianos, escoceses e irlandeses, ingleses e galeses.<sup>1</sup> Além disso, na Europa continen-

1. Curiosamente, o que veio a se tornar o Império Britânico não foi governado por nenhuma dinastia “inglesa” desde o começo do século XI: a partir de então, um desfile variado de normandos (Plantageneta), galeses (Tudor), escoceses (Stuart), holandeses (Casa de Orange) e alemães (Casa de Hanover) abanconou-se no trono imperial. Ninguém se importou muito até a revolução filológica e um surto de nacionalismo inglês na Primeira Guerra Mundial. Casa de Windsor rima com Casa de Schönbrunn ou com Casa de Versalhes.